



## **Projeto de melhoria da Hidrovia Tietê-Paraná não garante barragem**

### **Encontro regional desta sexta-feira (16), na Acipi, reuniu políticos e empresários da região**

Nem mesmo a inclusão no protocolo de intenções para investimentos na Hidrovia Tietê-Paraná, assinado na última terça-feira (13) pela presidente Dilma Rousseff (PT) e pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), garante a execução da barragem de Santa Maria da Serra, que traria a hidrovia até o distrito de Ártemis na região de Piracicaba. A incerteza pautou o encontro regional pela construção da obra, realizado na Associação Comercial e Industrial de Piracicaba (Acipi), nesta sexta-feira (16), com a presença de empresários, prefeitos e políticos da região.

O deputado federal Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB), organizador do encontro, afirmou que a inclusão da barragem no projeto que teve a liberação de R\$ 1,5 bilhão para a implantação de programa de melhorias em toda a hidrovia não significa, necessariamente, que está garantida a construção da obra. “Faltam muitas condicionantes para o projeto se tornar realidade, como a licença ambiental, por exemplo”, afirmou o parlamentar. O objetivo do encontro regional, segundo ele, é reunir a população e entidades para pleitear a execução do projeto. A assinatura do termo, segundo ele, marca o recomeço da luta.



Ainda não há, segundo apurou a reportagem do **EP Piracicaba** com a assessoria de imprensa da Secretaria Estadual de Logística e Transportes, um montante específico para a construção da barragem de Santa Maria da Serra. Não houve, inclusive, publicação no Diário Oficial do Estado. O prefeito de Piracicaba, Barjas Negri (PSDB), lembrou, inclusive, que a discussão da obra ocorre há quase 30 anos. “Inclusive, em 2004, o presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) e a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma, assinaram o Plano Nacional de Biocombustíveis na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e até hoje nada foi feito.”

Ele afirmou ainda que é preciso ficar atento e fiscalizar a execução desse protocolo de intenções. “Se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 está atrasado, imagina o PAC 2”, disse. Isso porque do montante total do projeto de ampliação da hidrovia, que é administrada pelo Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo, R\$ 900 milhões são provenientes do PAC 2 e R\$ 600 milhões do governo estadual. No plano, segundo os dois governos, também há a extensão de 200 km entre Anhembi e Salto.

Thame afirmou ainda que deve ser realizado um vetor de desenvolvimento em Santa Maria da Serra. “Não queremos apenas a barragem, mas é importante que haja um porto, retroporto, entroncamento ferroviário, áreas para instalação de indústrias que dependem do transporte barato”, declarou o deputado federal. Com esse formato, segundo ele, o projeto viabiliza uma revolução logística não só no Estado de São Paulo, mas no país.

## **PROTOCOLO**

O protocolo assinado entre os governos contempla ainda obras para a substituição das pontes existentes na SP-191 sobre os rios Tietê e Piracicaba. De acordo com o documento, o recurso será usado para projeto de modernização e ampliação dos 800 km da Tietê-Paraná no trecho paulista, de um total de mais de 2.400 km em toda a hidrovia, que transportou, em 2010, 5.776 milhões de toneladas de cargas como milho, soja, óleo, madeira, carvão e adubo.

O investimento, previsto para o período de 2011 a 2014, destina-se a obras com objetivo de eliminar gargalos, como ampliação de vãos de pontes, melhoria nas eclusas e retificação e dragagem de canais. Estas ações permitirão a atração de cerca de 11,5 milhões de toneladas de cargas para a hidrovia, o que representa o dobro da movimentação de hoje. A Hidrovia Tietê-Paraná conecta cinco dos maiores estados produtores de grãos (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná).